

Teatralização do patrimônio e a perpetuação da lógica colonial: uma análise da visita do príncipe do Brasil a Ouro Preto¹

Karina SANTOS²

Nair PRATA³

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG

Resumo

No dia 9 de abril de 2022, a Prefeitura de Ouro Preto realizou uma cerimônia em celebração à proclamação da antiga Vila Rica de Ouro Preto. O evento teve como convidados a “família real brasileira”. A celebração desagradou a população do município, que questionou nas redes sociais a existência da realeza no país e a ausência de pessoas negras. Como resposta, a prefeitura divulgou uma nota de esclarecimento. A cerimônia levanta diversos pontos críticos, como a existência de uma lógica colonial na prefeitura do município. Diante do exposto, este artigo busca analisar como a visita de um príncipe e a apropriação de uma narrativa do passado por poderes políticos ajudam na manutenção de um passado colonial. Para tal, foi realizada uma análise do evento, da repercussão da população e também da nota divulgada pela prefeitura, tendo como base os conceitos teóricos de Canclini (2015), Maldonado-Torres (2019), Anzaldúa (2005), hooks (2017) e Recuero (2016).

PALAVRAS-CHAVE: Teatralização do poder; Colonialidade; Decolonial.

Introdução

No dia 9 de abril de 1822, Dom Pedro I realizou a proclamação da antiga Vila Rica de Ouro Preto, afirmando que os ferros do despotismo não prevaleceriam sobre os anseios de liberdade e independência de Minas Gerais. Em 2022, 200 anos depois dos dizeres, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto realizou um evento para reproduzir o momento histórico, trazendo para o mesmo local, a “família real brasileira”, sendo eles os: príncipes Dom João de Orleans e Bragança, tataraneto de Dom Pedro I, João Philippe

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, e-mail: karina.peres@aluno.ufop.edu.br.

³ Orientadora do trabalho. Nair Prata, Professora Doutora em Linguística Aplicada (UFMG), com estágio de pós-doutoramento na Universidad de Navarra (Espanha). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Diretora Científica da Intercom. nairprata@uol.com.br.

de Orleans e Bragança e da princesa Mia Isabel de Orleans e Bragança. A celebração, que segundo a prefeitura era aberta ao povo ouro-pretano, recebeu políticos, figuras da elite do município e jornalistas, mas a comunidade não compareceu.

O momento foi compartilhado no *Facebook* da prefeitura e teve uma recepção negativa da população. Nos comentários, muitas pessoas indagavam sobre a existência de uma família imperial no Brasil, questionavam a ausência de pessoas negras e a relevância da celebração. A prefeitura justificou que a visita da família real tinha o objetivo de evocar a memória de um passado dito como glorioso, que dá a Ouro Preto um lugar de protagonismo na história. Entretanto, quais seriam o objetivo de evocar esse passado? Indo mais além, para quem esse passado seria glorioso? A história da transição do Brasil colônia para o Brasil república, que prometia um ideal de liberdade e igualdade, na realidade, continuo mantendo os privilégios das elites, relegando aos negros recém libertos da escravidão, e aos pobres, as margens da sociedade.

Em *Culturas Híbridas*, Néstor Garcia Canclini (2015) discute que forças políticas podem se apropriar do discurso do passado, para fazer com que a versão escolhida, seja o único passado possível. Um passado hegemônico que não deixa brechas para pensar em suas contradições. Além disso, a celebração realizada pela prefeitura de Ouro Preto pode ser observada pelo o que o autor chama de “teatralização do patrimônio”, que seria a forma com que os poderes políticos usam as comemorações, monumentos e museus para colocar em cena acontecimentos que seriam fundadores de uma nação e que expressem uma essência nacional. “A teatralização do patrimônio é o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação à qual deveríamos atuar hoje. Essa é a base das políticas culturais autoritárias”. (CANCLINI, 2015, p. 162).

Além dos pontos relatados, a visita da família imperial mostra uma controvérsia no evento: se o objetivo era celebrar o marco que deu início a ruptura de um país colonial, qual o sentido de convidar pessoas que se auto proclamam “príncipes do Brasil” e evocam mesmo que de forma subentendida, a continuidade de um pensamento colonial? Esse status requerido pela família Orleans e Bragança pode demonstrar o desejo de manter os privilégios que a monarquia os garantia, o que não condiz com os princípios de uma república, além disso, o título de nobreza pressupõe que eles são superiores ao restante da população. Diante do exposto, o seguinte artigo busca analisar como a visita de um príncipe e a apropriação de uma narrativa do passado por poderes políticos ajudam na manutenção de um passado colonial. A pesquisa pretende entender como isso mantém a

narrativa dos colonizadores e como a repercussão entre a população nas redes sociais suscita a necessidade de romper com essa narrativa e com o pensamento colonial.

Visando alcançar esse objetivo, o artigo será dividido em duas partes, a primeira irá analisar como foi a cerimônia em si, tendo como base os conceitos teóricos de Canclini (2015) sobre a apropriação do passado pelas forças políticas. Ainda no primeiro tópico, a temática será articulada com os conceitos de Nelson Maldonado-Torres (2019) sobre a colonialidade e descolonialidade. A segunda parte da pesquisa irá observar a repercussão da população no *Facebook*, por meio de uma pequena análise de três comentários que mostram as controvérsias do evento. Além disso, também será observada a resposta que a prefeitura teve a essa repercussão. Essa parte terá como base a perspectiva de uma nova consciência trazida por Gloria Anzaldúa (2005) e bell hooks (2017) como uma das alternativas para quebrar a continuidade de um pensamento colonial. Como a população se manifestou pelas redes sociais, a segunda parte também abordará o conceito de conversação em rede de Raquel Recuero (2016).

Passado em disputa e a teatralização do poder

A maneira como um grupo social aprende e conhece sobre o passado determina uma consciência coletiva. Ele pode ser visto por uma perspectiva mais íntima, formada pelas experiências individuais do sujeito e também por uma perspectiva coletiva, que nos une enquanto sociedade. O passado “compartilhado” funda certas estruturas sociais, que determinam hábitos, leis, educação e economia, no presente. Acontece, que podem existir diversas versões de um passado, de modo que a narrativa dos acontecimentos históricos que são repassadas para a sociedade, são, de certa forma “escolhidas” e representam uma disputa de poder, pois a forma como a sociedade tem consciência sobre seu passado, pode manter ou modificar as estruturas sociais no presente. Diante disso, forças políticas podem se apropriar de um determinado passado, visando manter um *status quo* social e consequentemente, a manutenção de seus poderes. Canclini (2015) cita que uma das maneiras encontradas para alcançar esse objetivo é o uso político do patrimônio cultural.

Segundo o autor, o patrimônio cultural reúne um conjunto de bens e práticas tradicionais que atuam para garantir uma cumplicidade social, levando a nos percebermos como uma nação. Esses elementos do patrimônio, trazem um passado de prestígio, colocado como um dom, algo natural que nos foi dado, e que, portanto, dispensa a

necessidade de ser observado criticamente, a sociedade cabe apenas “preservá-lo, restaurá-lo e difundi-lo” (CANCLINI, 2015, p. 160).

Para que o patrimônio exista como força política, ele precisa ser colocado em cena, ser “teatralizado” em comemorações, monumentos e museus (CANCLINI, 2015 p.162). Esse conceito é definido pelo mesmo autor como “o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação à qual deveríamos atuar hoje” (CANCLINI, 2015, p.162). O objeto de pesquisa deste artigo se encontra nessa definição, pois segundo a Prefeitura de Ouro Preto, a vinda da família real ao município aconteceu devido a uma comemoração aos 200 anos da visita de Dom Pedro à Antiga Vila Rica de Ouro Preto. Além disso, o evento de 2022, aconteceu no mesmo palco de 200 anos atrás, no antigo Palácio dos Governadores, que hoje foi transformado no Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.

Tendo os conceitos de Canclini (2015) como base, podemos observar que o uso desses locais como palco pelos poderes políticos busca legitimar a narrativa escolhida e convencer a população que os elementos que o compõem são as provas de que existem apenas aquela versão dos acontecimentos fundadores de uma sociedade, sendo eles a base onde será construído o futuro da nação, ou seja, demonstra um desejo de continuidade das hierarquias sociais e raciais. “As relações entre governo e povo consiste na encenação do que se supõe ser o patrimônio definitivo da nação. Lugares históricos e praças, palácios e igrejas, servem de palco para representar o destino nacional, traçado desde a origem dos tempos. Os políticos e sacerdotes são os atores vicários dessa trama” (CANCLINI, 2015, p.163).

O evento reuniu a elite ouro-pretana, jornalistas, políticos e claro, os membros da família real. Assim como em uma peça de teatro, a disposição dos assentos já mostrava quem seriam os protagonistas do teatro: a família real, junto com o prefeito da cidade e outros membros do poder público, ficou dispostos em cadeiras colocadas em uma parte mais elevada, na entrada do museu. Enquanto a plateia, composta pela elite, acompanhou o evento sentado na parte inferior, e o restante do público acompanhou em pé. A celebração também contou com a participação de uma banda tradicional da cidade. As únicas pessoas negras presentes no evento era um cerimonialista, funcionário da prefeitura e uma mulher que foi convidada para ler uma carta escrita por Dom Pedro I narrando sua chegada a antiga Vila Rica.

Como parte da encenação, o prefeito de Ouro Preto, Angelo Oswaldo⁴ e o príncipe do Brasil, protagonistas do teatro, tiveram um momento de fala, em seguida, aconteceu o hasteamento das bandeiras do Brasil, de Minas Gerais e de Ouro Preto, ao som do hino nacional. Ato tradicionalmente repetido em outras teatralizações realizadas em comemorações políticas, como o dia da independência do Brasil, entrega de obras e inaugurações. Um dos momentos mais simbólicos da comemoração aconteceu quando o príncipe do Brasil foi convidado para subir na sacada do museu e repetir as mesmas palavras que seu tataravô, Dom Pedro I, disse há 200 anos. Outro ato de repetição ocorreu quando o príncipe se sentou na mesma cadeira em que Dom Pedro I se sentou na viagem de 1822 a Vila Rica de Ouro Preto, objeto tombado como patrimônio cultural do município.

O roteiro da comemoração deixa vestígios de que, na ocasião, a narrativa sobre o começo da luta pela a independência foi apropriada pelas forças políticas de Ouro Preto. Como o momento de fala, que foi utilizado para reforçar a perspectiva histórica que ressalta o protagonismo de Dom Pedro I, e conseqüentemente, exclui e tenta esconder as controvérsias desse acontecimento. Por exemplo, em nenhuma fala, ou qualquer outra encenação da comemoração, é citado que ainda existia escravidão em 1822 e que pessoas negras, escravizadas ou livres, também lutaram pela independência e ajudaram a construir a cidade. O baixo número de pessoas negras no evento também chama atenção, pois, segundo dados de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE⁵, Ouro Preto tem uma população estimada de mais de 74 mil habitantes, desse número, 70% se declaram negros⁶. Além disso, o uso das bandeiras pode ser visto como mais uma

⁴ O atual prefeito de Ouro Preto tem posicionamentos políticos voltados para a esquerda. Angelo é filiado ao Partido Verde (PV), que defende a democracia e tem sua ideologia voltada para a sustentabilidade e diminuição da desigualdade social. Ele já comandou a cidade em três mandatos, sendo eles: 1993 a 1996, 2005 a 2008 e de 2009 a 2012. Também foi secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais nos governos Itamar Franco (1999-2002) e Fernando Pimentel (2015-2018) e exerceu, interinamente, o cargo de ministro da Cultura (1986 e 1987). Já dirigiu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Recentemente, o PV se federou ao Partido dos Trabalhadores (PT), em apoio a candidatura de Lula. Informação retirada do site O Tempo. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/angelo-oswaldo-e-eleito-prefeito-de-ouro-preto-e-conquista-quarto-mandato-1.2413224>. Acesso em: 09 de agosto de 2022.

⁵ Informação retirada de uma matéria vinculada no veículo de comunicação Estado de Minas. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/05/19/noticia-diversidade.1367580/ouro-preto-estabeleceu-cotas-raciais-para-o-servico-publico.shtml> Acesso em: 09 de agosto de 2022.

⁶ O site do IBGE não tem os números atualizados e nem detalhados, não sendo possível identificar quantos se declaram pardos, brancos ou indígenas.

estratégia para fazer a população/público se identificar como nação, um povo heterogêneo que compartilham os mesmos símbolos, o mesmo passado e uma única possibilidade de futuro.

Observando a repetição da mesma fala de Dom Pedro I pelo seu tataraneto no dia do evento da prefeitura, pela perspectiva de Canclini (2015), pode-se perceber que o ato demonstra o desejo de uma sucessão do poder e a continuidade de uma narrativa única, que ignora a contribuição de outros movimentos para a independência, colocando uma única figura como herói da conquista. “Celebra-se o patrimônio histórico pelos acontecimentos fundadores, os heróis que os protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam. Os ritos legítimos são os que encenam o desejo de repetição e perpetuação da ordem” (CANCLINI, 2015, p. 163). É possível observar o uso da cadeira como parte da comemoração, como mais um esforço de repetição das hierarquias e do poder. Ela também demarca um lugar de superioridade do príncipe em relação à população, visto que somente ele pode se sentar na cadeira. Revelando uma controvérsia do evento, que marca o estopim para a independência do Brasil, mas celebra uma família real, que evoca privilégios e um status social que não condizem com o Brasil República. A preservação e o uso desse objeto na cerimônia, unido com os atos de repetição, segundo Canclini (2015), testemunharia que a essência desse passado dito como glorioso sobrevive e sobreviverá às mudanças temporais.

Atualmente, diversos intelectuais, pesquisadores e historiadores já identificaram a contribuição de outros movimentos para a independência, fato que retira o protagonismo da história de uma única figura. Porém, essas "novas" narrativas, seguem sendo deslegitimadas e ignoradas, como foi observado no evento realizado pela prefeitura de Ouro Preto, que celebrou um único marco temporal da conquista contribuindo para manter um herói da história e apenas uma versão. Resultando na supressão da história de outros processos que culminaram nesse resultado, como as revoltas iniciadas pela população negra e pobre contra a colônia. Para Canclini (2015), essa anulação dos conflitos e das contribuições de outros grupos sociais é uma das características do uso político do patrimônio cultural.

Mesmo nos casos em que as comemorações não consagram a apropriação dos bens de outros povos, ocultam a heterogeneidade e as divisões dos homens representados. É raro que um ritual aluda de forma aberta aos conflitos sobre etnias, classes e grupos. A história de toda sociedade mostra os ritos como dispositivos para neutralizar a heterogeneidade, reproduzir autoritariamente a ordem e as diferenças sociais (CANCLINI, 2015, p. 192).

Esse reforço ao passado que ignora os conflitos sociais, a escravidão e as contribuições da população negra na história do país reverberam no presente e podem ser analisados como uma herança do processo de colonização, pois pela concepção de Maldonado-Torres (2019), “grupos colonizados e outrora colonizados tendem a experimentar partes dessa história não como um passado que existe com um traço, mas sim como um presente vivo” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 28). Isso acontece pois o processo de colonização deixou de herança uma sociedade hierarquizada, que mantém as mesmas estruturas de poder, relegando as classes inferiores à pobreza, a violência e o racismo. Essas marcas demonstram que a transição de um país colônia para um país independente, não colocou fim ao colonialismo. “Independência, todavia, não necessariamente, implica em descolonização na medida em que há lógicas coloniais e representações que podem continuar existindo depois do clímax específico dos movimentos de libertação e da independência” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 28).

Nessa perspectiva, observamos que o uso político do patrimônio cultural também pode contribuir para manter a lógica colonial na sociedade, na medida em que é teatralizado e perpetua uma narrativa hegemônica e excludente do passado. Vale ressaltar que este estudo, assim como ressalta Canclini (2015), não é uma crítica a realização de celebrações dos acontecimentos fundadores, mas sim a uma narrativa hegemônica, que exclui a contribuição de outros grupos sociais na história e que “condicionam seus praticantes para que se comportem de uma maneira uniforme” (CANCLINI, 2015, p. 165). Entretanto, nem sempre o público aceita a narrativa de forma pacífica, como foi o caso de uma parte da população de Ouro Preto, que criticou a realização da comemoração. Esse comportamento ressalta a crescente necessidade de se romper com esse tipo de narrativa e com o pensamento colonizador.

Uma consciência decolonial

No texto “A teoria como prática libertadora” bell hooks argumenta como as teorias podem ser revolucionárias e terem um potencial de libertação coletiva na medida em que se torna um processo crítico, que desafia o status quo. Esse novo olhar sobre as teorias pode ser entendido como o surgimento de uma nova consciência, que não reproduza um pensamento hegemônico, mas que está aberta a desafiar as estruturas sociais, como raça, classe e gênero. No mesmo sentido, Gloria Anzaldúa (2005), em “La conciencia de la

mestiza/Rumo a uma nova consciência", fala sobre os marcadores sociais que situam os corpos em determinados lugares pré-definidos, sustentando estruturas sociais excludentes. Se identificando como uma “mestiza” que transita entre várias culturas e definições, ela discute como uma nova consciência pode ser usada para quebrar paradigmas.

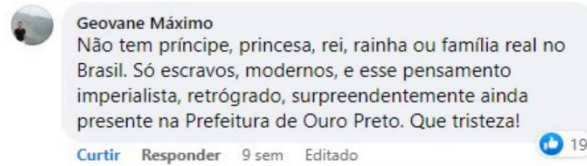
Ao tentar elaborar uma síntese, o self adiciona um terceiro elemento que é maior do que a soma de suas partes separadas. Esse terceiro elemento é uma nova consciência – uma consciência mestiza – e, apesar de ser uma fonte de dor intensa, sua energia provém de um movimento criativo contínuo que segue quebrando o aspecto unitário de cada novo paradigma. Em unas pocas centúrias, o futuro pertencerá à mestiza. Porque o futuro depende da quebra de paradigmas, depende da combinação de duas ou mais culturas. Criando um novo mythos – ou seja, uma mudança na forma como percebemos a realidade, na forma como nos vemos e nas formas como nos comportamos – Lamestiza cria uma nova consciência (ANZALDÚA, 2005, p. 707).

Essa nova consciência é questionadora, e não se mantém em um lugar de receptor pacífico diante das hegemonias. Maldonado-Torres (2019), argumenta que um corpo questionador, unido com outras estratégias, é essencial para romper com um pensamento colonial e fazer emergir um pensamento decolonial, que luta contra “a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (MALDONADOTORRES, 2019, p. 36). Esse comportamento pode ser observado em uma parte da população de Ouro Preto que questionou o evento realizado pela prefeitura do município nas redes sociais. A publicação realizada no dia 10 de abril no Facebook da Prefeitura de Ouro Preto é composta por um texto explicando a cerimônia, acompanhada por diversas fotos. A partir do momento que o evento vai para as redes sociais, ele ganha uma nova conotação, pois elas permitem o que Recuero (2016) chama de conversação em rede. Definidas como “conversações amplas, pública, síncronas ou assíncronas [...] que emergem das diversas interações entre os atores nessas ferramentas e que viajam pelas conexões, possibilitando larga participação” (RECUERO, 2016, p. 56).

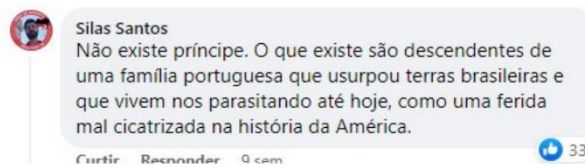
A conversação em rede fez com que a publicação se espalhasse por diversas camadas da população de Ouro Preto, de modo que, devido a forma como o Facebook opera, o engajamento de uma pessoa no post, ampliou o seu alcance e incentivou outras pessoas a comentarem na publicação. “No Facebook, quando alguns atores passam a discutir alguma coisa em uma postagem, mesmo que esta não seja pública, ela torna-se visível para os amigos dos debatedores (mesmo que não sejam amigos entre si ou que não estejam conectados ao autor da mensagem que iniciou a conversação). Trata-se, assim,

de conversações que ou são públicas ou têm o potencial de serem” (RECUERO, 2016, p. 56). O resultado dessa hiperconexão foram 250 comentários deixados na publicação, em sua maioria, de pessoas contra o evento. Fato que possibilitou que a população se posicionasse como questionadora. Alguns comentários chamaram a atenção por apontarem as controvérsias da celebração, destaco aqui três deles: Veja na imagem abaixo:

Comentário 1



Comentário 2



Comentário 3



O primeiro comentário afirma que não existe uma família real no Brasil, observando o pensamento imperialista por trás do evento. O usuário também fala sobre “escravos modernos”, essas falas mostram como o cidadão conseguiu identificar a continuidade de uma lógica colonial no evento, que mantém as estruturas de poder no presente e reverbera em certos grupos sociais que não conseguem escapar da condição de “escravos modernos” imposta a eles. Na mesma linha, o segundo comentário mostra que o usuário tem uma percepção clara e crítica sobre o evento. Ele afirma que no Brasil não tem príncipe, apenas descendentes de portugueses, que usurparam terras brasileiras e cita como isso continua sendo uma ferida mal cicatrizada na história da América. A fala do usuário ressalta como o evento realizado pela prefeitura está envolto em uma lógica colonial ao evocar a figura da família real como algo ilustre e de prestígio, ignorando como a atuação deles na história do Brasil deixou de herança danos irreparáveis, como o racismo.

O terceiro comentário questiona a ausência de pessoas negras no evento, destacando a presença da elite. Nele, podemos observar que o usuário identifica a escolha de uma narrativa única do acontecimento, que ignorou a escravidão que existia na época e as contribuições da população negra para a independência e para a construção de Ouro Preto. Maldonado-Torres (2019) pontua que quando o colonizado se posiciona como questionador e potencial agente de mudança, isso causa uma ansiedade, pois ele começa a refutar a legitimidade no qual diversas instituições modernas são construídas, gerando desestabilidade. “Isso inclui narrativas heróicas das origens e os propósitos das instituições modernas”. (MALDONADO-TORRES, 2019, p.33). Uma das respostas contra esse posicionamento é a tentativa de mitigar o lugar do colonizado como um questionador. Esse comportamento pode ser observado na resposta que a prefeitura teve aos comentários da população. Após a repercussão negativa, o órgão público do município divulgou uma nota explicando que o objetivo da cerimônia era sublinhar o protagonismo de Ouro Preto na caminhada para a independência do Brasil. Além disso, a nota também informava que:

Lamentamos muito que houve uma percepção errônea da cerimônia, que visou recolocar Ouro Preto em evidência no seu eixo histórico, cultural e turístico, após a pandemia e a catástrofe das chuvas. O fomento ao turismo cultural é fundamental para a cidade, considerando a sua importância para a geração de emprego e renda. Contamos no evento com a participação da população, autoridades e com descendentes de Dom Pedro I. É importante destacar que não cabe à Prefeitura discutir questões acadêmicas e conceituais no nível solicitado, mas, sim, projetar a cidade para além do nosso contexto. É fundamental que as instituições pertinentes promovam reflexões, seminários, estudos e discussões que enriqueçam este momento histórico, pois assim, iremos compreender a sua relevância. Seguimos realizando ações para alavancar o nosso município e, caso a população solicite esclarecimentos ou queira contribuir com o administrativo, seguimos à disposição e abertos ao diálogo⁷

A resposta da prefeitura mostra indícios de que a cerimônia foi utilizada como uma prática compensatória pela prefeitura (CANCLINI, 2000). Como pontua a nota, o evento “visou recolocar Ouro Preto em evidência no seu eixo histórico, cultural e turístico, após a pandemia e a catástrofe das chuvas”, essa frase testemunha uma impotência do órgão público diante das dificuldades enfrentadas pelo município. De modo que, impossibilitada de pensar em alternativas reais para as famílias desalojadas pela chuva ou para os empregos perdidos durante a pandemia, optou por realizar um

⁷ Nota disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituraouropreto/posts/348694117284068> . Acesso em: 20 de julho de 2022.

evento, que evoca um passado imaginado como glorioso, que nada tinha a agregar nas situações citadas.

A nota também tentou explicar a interpretação “errada” que a população teve do evento, entretanto, ao afirmar que um olhar crítico e uma reflexão sobre a cerimônia e o acontecimento histórico tratado cabe somente a “instituições pertinentes”, a prefeitura faz o que Maldonado-Torres (2019) conceitua como “colonialidade do saber”. Pois ela deslegitima as questões pontuadas pela população, tirando dela o direito de pensar criticamente, direcionando o lugar do saber a pessoas tidas como intelectuais, mantendo uma hegemonia do conhecimento. Essa atitude também retira da própria prefeitura a responsabilidade sobre o evento, como se a eles, os detentores do poder, coubesse apenas perpetuar a narrativa hegemônica. Ao negar as falhas do evento, a prefeitura mostra como a colonialidade ainda é uma ferida aberta no Brasil, que para cicatrizar, suscita a necessidade de uma consciência decolonial na população e principalmente dentro dos poderes.

Considerações finais

O presente artigo buscou compreender como o evento que trouxe a família real brasileira a Ouro Preto, realizado pela prefeitura do município, mesmo que de forma implícita, perpetuou uma lógica colonial. A hipótese ganhou força após um estudo sobre a maneira com que o órgão público se apropriou da narrativa hegemônica sobre o acontecimento e ignorou suas controvérsias. Apresentando aquela versão do passado como gloriosa e digna de ser recolocada em cena. A maneira com que o evento foi organizado e as pessoas que estiveram presentes deixa indícios de que existe um desejo de continuidade das estruturas sociais, com o poder e prestígio nas mãos de homens brancos e da elite, enquanto a população negra e pobre continua sendo esquecida na história e no presente. A análise dos comentários deixados no Facebook da prefeitura, pode revelar que, assim como na história suprimida na cerimônia, a população não é apenas um público pacífico.

Ao questionar a realização do evento, a existência de uma família real no Brasil e a ausência de pessoas negras, o estudo demonstra a existência de uma consciência decolonial na população de Ouro Preto, que perturba a tranquilidade de quem deseja manter um *status quo*. A resposta da prefeitura mostra esse incômodo à atitude questionadora da população, de modo que o órgão buscou formas para tentar deslegitimar

essa ação. A recusa em reconhecer as falhas do evento, também podem ressaltar as diversas lógicas coloniais presentes dentro das estruturas de poder do Brasil, demonstrando que a realização de um evento como o estudado nesse artigo, é apenas a ponta do *iceberg*. Desse modo, podemos observar que a abordagem conceitual, unida com a análise do evento e da repercussão entre a população foi essencial para as hipóteses levantadas neste artigo. Porém, o trabalho também aponta para algo maior e estrutural dentro dos setores de poder da sociedade, mostrando que o estudo sobre o uso do patrimônio cultural por forças políticas e a lógica colonial dentro desses setores não se cessa aqui.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. Estudos Feministas, Florianópolis, v.13, n.3, p. 704–719, setembro-dezembro/2005.

CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2015.

hooks, bell. A teoria como prática libertadora. In: _____. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017. p. 83–104.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GOSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 27–54.

MINAS, Estado de. **Ouro Preto estabelece cotas raciais para o serviço público**. 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/05/19/noticia-diversidade,1367580/ouro-preto-estabeleceu-cotas-raciais-para-o-servico-publico.shtml>. Acesso em: 09 ago. 2022.

PRETO, Prefeitura de Ouro. Em comemoração aos 200 anos da visita de Dom Pedro à Antiga Vila Rica de Ouro Preto. Ouro Preto, 10 abr. 2022. Facebook: Prefeitura de Ouro Preto. Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituraouropreto/posts/348694117284068>. Acesso em: 20 ago. 2022.

RECUERO, Raquel. Atos de ameaça à face e à conversação em redes sociais na internet. In: PRIMO, Alex. (org.). Interações em Rede. Porto Alegre: Sulina, 2016. P. 51-69.

TEMPO, O. **Angelo Oswaldo é eleito prefeito de Ouro Preto e conquista quarto mandato**. 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/angelo-oswaldo-e-eleito-prefeito-de-ouro-preto-e-conquista-quarto-mandato-1.2413224>. Acesso em: 09 ago. 2022.